



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.ª SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2020, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença da Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 14, de 12 de fevereiro;**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
- 3. Distribuição do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020 - Uma União mais ambiciosa (a remeter à CAE até sexta-feira, 13 de março de 2020)
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;**
- 4. Admissão das seguintes petições, e designação dos respetivos relatores:**
 - Petição n.º 17/XIV/1.ª, da iniciativa de Susana Isabel Antónia Jorge e outros (1226 assinaturas) - «Integração de Formadores no IEFP pelo PREVPAP»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;
 - Petição n.º 19/XIV/1.ª, da iniciativa de Eduardo Bernardino e outros (14261 assinaturas) - «Enfermeiros - Pela criação de um estatuto oficial de profissão de desgaste rápido e atribuição de subsídio de risco»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;
 - Petição n.º 21/XIV/1.ª, da iniciativa do CIPSO - Grupo de Cidadãos Pelos Seniores de Odivelas e outros (3934 assinaturas) - «Pela construção de uma estrutura residencial sénior pública em Odivelas»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;
- 5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com carácter de urgência, de representantes da COPS - Companhia Operacional de Segurança, Lda., da PSG - Segurança Privada, S.A. e do STAD - Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas;**
- 6. Outros assuntos.**

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Diana Ferreira (PCP), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, deu início aos trabalhos, nos seguintes termos:

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 14, de 12 de fevereiro;**

A ata em apreço foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do BE, do CDS-PP e do PAN.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.ª SL

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

O **Projeto de Lei n.º 200/XIV/1.ª (PCP)** foi distribuído ao Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), que já fora incumbido de relatar os Projetos de Lei n.º 94/XIV/1.ª (PEV) e 188/XIV/1.ª (PAN), sobre a mesma matéria.

A este propósito, a Senhora Presidente em exercício deu conta que o **Projeto de Lei n.º 197/XIV/1.ª (BE)**, que também versava sobre o mesmo assunto, havia baixado à 13.ª Comissão, que exercia competências no âmbito da Administração Pública, apesar de a temática dos acidentes de trabalho constar do leque de competências da 10.ª Comissão, e de bem assim a superintendência da Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA, I. P.) estar atribuída à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Desta forma, sugeriu que pudesse ser encetado um contacto entre os Presidentes das Comissões em causa, e que, caso se viesse a confirmar que todas as iniciativas seriam tramitadas por esta Comissão, que o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) ficasse encarregue da elaboração do respetivo parecer conjunto, o que mereceu a aprovação geral dos presentes.

3. Distribuição do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020 - Uma União mais ambiciosa (a remeter à CAE até sexta-feira, 13 de março de 2020)
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

Foi indicada para o efeito a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS).

4. Admissão das seguintes petições, e designação dos respetivos relatores:

Todas as petições elencadas foram admitidas por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP e do PAN.

- **Petição n.º 17/XIV/1.ª, da iniciativa de Susana Isabel Antónia Jorge e outros (1226 assinaturas) - «Integração de Formadores no IEFP pelo PREVPAP»;**
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

Foi designada a Senhora Deputada Mara Coelho (PS) para a elaboração do relatório.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.ª SL

- Petição n.º 19/XIV/1.ª, da iniciativa de Eduardo Bernardino e outros (14261 assinaturas)
 - «Enfermeiros - Pela criação de um estatuto oficial de profissão de desgaste rápido e atribuição de subsídio de risco»;
- Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

A redação do relatório foi atribuída à Senhora Deputada Cristina Sousa (PS)

- Petição n.º 21/XIV/1.ª, da iniciativa do CIPSO - Grupo de Cidadãos Pelos Seniores de Odivelas e outros (3934 assinaturas) - «Pela construção de uma estrutura residencial sénior pública em Odivelas»;
- Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

A Senhora Deputada Ana Maria Silva (PS) foi nomeada como relatora da petição em epígrafe.

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com carácter de urgência, de representantes da COPS - Companhia Operacional de Segurança, Lda., da PSG - Segurança Privada, S.A. e do STAD - Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas;

A este propósito, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que começou por recordar que nos últimos meses se havia assistido à renovação de um conjunto de contratos de vigilância em diversos serviços públicos, designadamente no próprio Ministério do Trabalho. Sucedia porém que as empresas ganhavam os concursos por apresentarem preços mais baixos, alegando que tal não lhes permitia respeitar os direitos dos trabalhadores, nomeadamente o pagamento pontual dos seus salários, o que levava até que num desses casos o Ministério da Justiça se vira obrigado a proceder ao respetivo pagamento, em substituição da empresa contratada. Posto isto, não deixou de apontar a violação das disposições do Código de Trabalho no caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, devendo o novo empregador manter as obrigações laborais do anterior empregador com os trabalhadores, exemplificando a esse respeito com o que ocorria com os serviços de limpeza e restauração do Parlamento. Perante as irregularidades invocadas, considerou que o Estado devia garantir que as empresas contratantes cumpriam a lei, já que apesar de o Governo já se ter pronunciado sobre o assunto, a verdade é que as mesmas continuavam a incumprir. Com efeito, manifestou preocupação face ao recurso a mecanismos de *dumping*; à apresentação de interpretações questionáveis pelas empresas, que procuravam subtrair-se à aplicação da lei; e à existência de trabalhadores sem posto de trabalho que não podiam igualmente socorrer-se do fundo



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.ª SL

de desemprego, contribuindo tudo isto para a urgência na audição das empresas identificadas.

Usou então da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), afirmando que o GP do PSD nada tinha a opor ao requerido, acrescentando porém que se justificava a audição da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), a fim de esclarecer se estavam a acompanhar a situação e se já tinham realizado alguma ação neste sentido.

Depois de a Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS) ter referido que o GP do PS nada tinha a opor à proposta e ao aditamento enunciados, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) declarou igualmente a sua concordância com a audição da ACT, sugerindo ainda que pudesse ser igualmente ouvida a tutela no final destas audições, em função do resultado daí decorrente. Atendendo a que se encontrava já agendado para Plenário um debate sobre a matéria para sexta-feira, 28 de fevereiro, solicitou que as primeiras audições pudessem realizar-se ainda antes dessa data, preferencialmente na quarta-feira, 26 de fevereiro.

O requerimento, com o complemento proposto verbalmente pelo GP do PSD, foi então aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP e do PAN, ficando assente que se poderia seguir a ordem das audições constante do requerimento (entidades empregadoras, sindicato e por fim a ACT)

6. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente em exercício deu nota da reapreciação do despacho de baixa da Petição n.º 18/XIV/1 - «Legalização da Prostituição em Portugal e/ou Despenalização de Lenocínio, desde que este não seja por coação», cuja admissão seria discutida e votada na reunião da 1.ª Comissão desse dia, podendo a CTSS, querendo, pronunciar-se a título complementar, e já não de forma conjunta, como proposto inicialmente. Para esse efeito, seria incluído um ponto autónomo a esse respeito na Ordem de Trabalhos da reunião da semana seguinte.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.ª SL

Em seguida, registou que a Ordem dos Psicólogos havia solicitado uma reunião à Comissão, lembrando que na Legislatura anterior as Ordens Profissionais eram recebidas preferencialmente pelo plenário da CTSS e não pelo Grupo de Trabalho – Audiências (GT – A). Deste modo, não se tendo verificado qualquer oposição à manutenção desse procedimento, foi decidido realizar a audiência, com a maior brevidade possível, às 10h de uma quarta-feira, imediatamente antes do início de uma reunião ordinária da Comissão.

Aludiu-se igualmente ao pedido formulado pela Câmara Municipal (CM) de Braga no sentido de ser contemplada a sua intervenção na Sessão Pública de avaliação intercalar da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023). Antes de passar a palavra aos Grupos Parlamentares, a Senhora Presidente em exercício salientou que a hipotética satisfação do demandado poderia abrir um precedente para outros municípios, tal como aventou que esta Câmara Municipal poderia igualmente intervir no período de debate público, porventura beneficiando de um período mais alargado para poder expor as suas ideias e soluções.

Neste âmbito, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) concordou que a experiência mencionada pela CM de Braga se tratava efetivamente de uma situação especial, que deveria ser tida em conta, colocando a possibilidade de ser consagrado um momento único para a intervenção de todos os municípios que quisessem apresentar as suas realidades.

A Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS) anuiu na introdução de um momento único para a participação das autarquias, com um tempo diferente do tempo geral dos participantes.

Por seu turno, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) mostrou-se sensível ao pedido da CM de Braga, sem contudo deixar de realçar que tal obrigaria necessariamente a aceitar solicitações idênticas de autarquias inseridas em outra redes e projetos que não os invocados.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.ª SL

Isto posto, depois de a Senhora Presidente em exercício ter questionado a transição das intervenções das CM de Lisboa e Porto para o painel que poderia ser acrescentado ao programa, o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) defendeu que não seria muito prudente alterar o modelo já definido, colocando à consideração a criação de um novo momento em que fosse possível a CM de Braga e outros municípios dissertarem sobre as experiências inovadoras que têm aplicado no terreno, e evitando-se assim a desvirtuação do que já havia sido planificado.

Em jeito de síntese, a Senhora Presidente em exercício enunciou as opções em aberto, e propondo o encurtamento das intervenções iniciais, o que permitiria a inserção de um painel aberto à participação dos municípios que assim desejassem apresentar as experiências vivenciadas

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) opinou que não deveriam ser dirigidos convites a outros municípios, até porque já haviam recebido esses dados através da informação que já começara a ser disseminada, tendo a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) reiterado a sugestão anteriormente preconizada, com a separação entre os oradores institucionais de âmbito nacional e os oradores de índole municipal.

Destarte, e atendendo a que o programa já tinha começado a ser divulgado, a Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS) propôs a inversão da ordem de intervenções no painel inicial, acrescentando-se a intervenção da CM de Braga no final, logo após a participação das CM de Lisboa e do Porto, e podendo ser atribuído um tempo superior aos demais municípios que desejassem pronunciar-se durante o debate entre os participantes, o que mereceu a concordância de todos os presentes.

Noutro âmbito, foi igualmente revelada a visita de uma delegação do Parlamento Regional da Alta Áustria precisamente nesse dia 17 de março, e que solicitava a realização de reuniões com um conjunto de Comissões, entre as quais a 10.ª Comissão. Foi assim acertado conceder uma audiência no período da manhã, se possível em conjunto com outras Comissões.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.ª SL

Por fim, a Senhora Presidente em exercício esclareceu que o GP do PSD apenas poderia indicar mais um representante para o Grupo de Trabalho – Direitos das Pessoas com Deficiência (GT – DPD), atendendo a que já havia designado a Coordenadora e uma Deputada através da 1.ª Comissão. A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) indagou então da possibilidade de serem acrescentados membros suplentes, explicando a Senhora Presidente em exercício as regras que haviam sido fixadas para a composição do GT, sem prejuízo de qualquer outro Deputado poder participar nas audições e nos trabalhos que venham a ser levados a cabo. A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) agradeceu o exposto, comprometendo-se a indicar a composição definitiva até à semana seguinte. O Senhor Deputado João Pinho de Almeida foi ainda indicado como membro deste GT pelo seu Grupo Parlamentar.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de fevereiro de 2020.

A VICE-PRESIDENTE



(DIANA FERREIRA)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 15/XIV/1.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Helga Correia
Inês de Sousa Real
João Paulo Pedrosa
José Moura Soeiro
Luís Soares
Marina Gonçalves
Marta Freitas
Ofélia Ramos
Cristina Moreira
Eduardo Teixeira
Hugo Carneiro
Mara Coelho
Olga Silvestre

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Catarina Marcelino
Fernando José
João Pinho de Almeida
Lina Lopes
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Barroco de Melo
Emília Cerqueira
Isabel Pires
Pedro Rodrigues
Pedro Roque
Rita Borges Madeira